

**O INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS (IPES)
NO ESTADO RESTRITO (1964-1967)**

Elaine de Almeida Bortone¹

Resumo

A comunicação tem como objetivo identificar e analisar a presença política de associados e parceiros do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e sua área de influência em instâncias importantes do Estado brasileiro, após o golpe de 1964. Trata-se das empresas estatais federais, de diferentes setores econômicos, existentes no período de 1964-1967, governo de Humberto Castello Branco, as quais tinham membros e associados do IPES ocupando os cargos de direção. O IPES foi um aparelho privado de hegemonia fundado, em 1961, por empresários nacionais e internacionais, tecnocratas de alto escalão e por militares da alta patente, em especial oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG). Buscou constituir uma coesão interna da fração mais internacionalizada do empresariado no Brasil para integrar os diversos grupos civis e militares em uma oposição que pudesse deter o governo de João Goulart (1961-1964) e as forças sociais que o apoiavam. Na posição de liderança na organização de uma ação política, o IPES desenvolveu uma rica e sofisticada campanha ideológica em todo o país para desestabilizar, esvaziar e depor Goulart, e assim, assegurar o controle do Estado. Com o golpe e a “conquista” do Estado, militares e civis que haviam contribuído para os trabalhos do Instituto, ocuparam posições-chave do Estado restrito, que corresponde à sociedade política e se refere ao aparato governamental estatal. Nas suas posições criaram políticas públicas; implementaram reformas, a maioria concebida pelo IPES no período de 1961-1964; estimularam a iniciativa privada; incitaram o capitalismo atrelado ao capital internacional, etc. A presença e a participação formal de frações de classe nos aparelhos estatais implicaram o controle do Estado e a garantia de sua influência sobre o processo decisório, que representava os interesses de sua classe. Nas empresas estatais federais, o domínio, o poder e a liberdade de ação dos membros do IPES foram de tamanha grandeza que perpassaram por distintos setores e cargos, e, em alguns casos, acumularam diferentes funções, além de nomearem e indicarem para diversos postos pessoas provenientes de sua rede de relacionamento, que estavam imbuídas do mesmo objetivo. Nos seus cargos, criaram mecanismos para aumentar a capacidade de produção e de recursos para atender ao novo padrão de acumulação.

Palavras-chave: IPES, Estado restrito, ditadura empresarial-militar.

Introdução

Ao longo do século XX, ocorreu no Brasil a formação e expansão de associações empresariais. Estabelecidas na sociedade civil, base organizativa das vontades da vida

¹ Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: elainebortone@gmail.com.br

social, local da luta de classes e da afirmação de projetos classistas (MENDONÇA, 2014), as associações têm como finalidades: defenderem seus interesses particulares, expandirem suas condições de reprodução e impedirem que as massas enfrentem o capital.

A origem das associações se encontra no início do século XX, quando o empresariado construiu uma identidade empresarial e consolidou uma consciência de representação de interesses. O empresário passou a atuar como ator político “capaz de fazer escolhas e de intervir na ação governamental, seja por intermédio da influência sobre decisões de seu interesse, seja exercendo seu poder de resistência ou de veto” (DINIZ, 1994, p. 202).

Desde então, verificam-se empresários atuando individualmente ou por meio de suas entidades de classe, no apoio ou não a diferentes governos e regimes políticos, mostrando sua capacidade de mobilização, de articulação e de participação política.

As associações correspondem ao que Antonio Gramsci (2000) conceitua como aparelhos privados de hegemonia. São organizações de interesses com base material própria, que têm como função elaborar e moldar consciências para conservar ou promover os interesses particulares de uma classe ou fração de classe, transformando-os em interesse geral. Educam e preparam seus integrantes para a defesa de determinadas posições sociais dentro do Estado e organizam as vontades coletivas dos grupos dominantes ou dos dominados que disputam para conquistar ou conservar hegemonia, atingindo a organização do poder do Estado, isto é, a sociedade política.

Para organizar as vontades e a ação coletiva dos aparelhos, Gramsci (2000) aponta a figura do intelectual orgânico que, nas suas palavras, “são ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político” (GRAMSCI, 2000, p. 20). Portanto, têm a capacidade de serem os organizadores dos interesses de sua classe e da sociedade.

Fontes (2005) explica que a extensa e variada rede de entidades associativas empresariais no Brasil configurou na “ampliação seletiva do Estado”. Houve uma ampliação do poder das associações empresariais na sociedade civil, preocupadas em desmontar as organizações populares, “assegurar novos setores de atividade capitalista que precisavam gerenciar a força de trabalho desprovida de direitos e expandir a direção

dessa burguesia altamente concentrada sobre o conjunto das atividades sociais" (FONTES, 2008, p. 195). A ampliação do Estado, acrescenta Fontes (2005), levou à nacionalização crescente dos interesses empresariais, apresentados como expressão das necessidades nacionais, traduzidos como desenvolvimento e modernização e transformados em políticas de Estado.

As entidades associativas, acrescenta Fontes (2009), cuidam das estratégias de convencimento na sociedade civil e facilitam a ocupação de postos no Estado no sentido estrito (burocrático), seja por eleição ou indicação, influenciando as suas leis e medidas de coerção para que favoreçam seus interesses.

Após o golpe de 1964, no governo Castello Branco, a influência, pressão e atuação do empresariado e suas entidades junto ao aparelho estatal não só foram intensificados, como vários empresários, sobretudo do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), foram trabalhar nos aparelhos estatais, onde interferiram nas políticas públicas com a finalidade de azeitar as engrenagens do capital.

O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)

O IPES foi um aparelho privado de hegemonia, fundado, em 1961², por empresários nacionais e internacionais, tecnocratas de alto escalão e militares da alta patente, em especial oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG). Buscou constituir uma coesão interna da fração mais internacionalizada do empresariado no Brasil para integrar os diversos grupos civis e militares em uma oposição que pudesse deter o governo de João Goulart e as forças sociais que o apoiavam. Goulart havia criado uma série de medidas que não interessava ao capital, sobretudo o estrangeiro, pois colocava seus interesses políticos e econômicos sob ameaça.

Na posição de liderança na organização de uma ação política para assegurar a direção política e ideológica da sociedade, o IPES organizou atividades ostensivas e encobertas nas áreas política, ideológica e militar. Financiado por pessoas físicas e jurídicas, o Instituto possuía uma estrutura rica e sofisticada que lhe deu aporte para criar estratégias e ações lícitas e ilícitas e campanhas ideológicas para desestabilizar e depor Goulart.

² O IPES-Rio foi a último a encerrar suas atividades, em 1972.

Com uma roupagem científica, a ação política do IPES era a opinião pública, “a base de toda engrenagem”,³ para a qual preparou materiais de doutrinação para operarem nos mais importantes grupos de influência. Para a ação, criou diversificados materiais, tais como artigos, panfletos, encartes, apostilas, filmes, boletins, revistas, informativos e livros. Organizou debates, seminários, congressos e palestras, nas rádios, TVs, universidades, fábricas, empresas, etc.

No período de 1961 a 1964, o IPES criou 23 anteprojetos de Reformas de Base com o propósito não só de participar do debate ideológico⁴ e se contrapor as reformas de base de Goulart, como também para divulgar sua obra e apresentar seu projeto de governo, já pensando na “conquista” do Estado.

Com a instauração da ditadura, parceiros e associados do IPES ocuparam cargos importantes no Estado restrito, que corresponde à sociedade política e se refere ao aparato governamental estatal. O IPES se tornou governo.

A presença e a participação formal de frações de classe nos aparelhos estatais implicaram no controle do Estado e a garantia da sua influência sobre o processo decisório, que representavam os interesses de sua classe. Importante destacar que tal participação não retirou autonomia relativa do Estado. Conforme Poulantzas (1985), em reação às classes dominantes, o Estado tem um papel principal de organização, isto é, “ele representa e organiza a ou as classes dominantes, o interesse político a longo prazo do bloco no poder” (POULANTZAS, 1985, p. 145), composto de várias frações de classe burguesa, do qual participam as classes dominantes provenientes de outros modos de produção, presentes na formação social capitalista. Constitui, portanto, a unidade política das classes dominantes sob a hegemonia de uma de suas frações, naquele momento, o capital monopolista.

Governo Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967)

Os objetivos imediatos do primeiro governo ditatorial consistiam em reorganizar a economia, para criar condições materiais de produção, em se legitimar por meio de

³ Atas do IPES Comitê Executivo de 12.06.62 e CD de 12.02.62. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

⁴ Ata do IPES Comitê Executivo de 11.09.62. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

inúmeros decretos-leis e Atos Institucionais (AIs), e reprimir e expurgar pessoas, civis e militares, que não se adaptavam ao seu projeto ou politicamente ligadas ao governo de Goulart. Com isto, alterou radicalmente o processo político prevalecente até então, tanto na sua estrutura quanto nas suas regras básicas.

O expurgo ou “operação limpeza”, denominação dada pelos militares, conforme Alves (2005), consistia em uma ação levada a efeito pelos Inquéritos Policial-Militares (IPMs),⁵ para eliminar a oposição da vida política e abrir lugar para pessoas identificadas com as políticas do novo governo. Comissões especiais de inquéritos foram criadas em todos os níveis do governo, nas empresas estatais federais e privadas, nos sindicatos e nas organizações vinculadas ao governo federal, etc., para investigar se funcionários estavam envolvidos com atividades “subversivas” e com corrupção, com a finalidade de eliminar o “inimigo interno”.

No período 1964-1965, aponta Klein e Figueiredo (1978, p. 161), foram expurgados 2.566 servidores, entre civis e militares, com ocupações e patentes diversas, que se tornaram “incompatibilizados com a revolução”, significando 68,5% do total de todo o período. Conforme Alves (2005, p. 77), no período de 1964-1967, foram expurgadas na burocracia civil 1.530 pessoas, sendo que 1.408 foram eliminadas no primeiro ano do governo. As demissões atingiram diretores nomeados de órgãos burocráticos, funcionários nos diferentes níveis, tais como oficial administrativo, fiscais de renda, de ensino, previdenciário, auxiliares diversos como de enfermagem, de portaria, mecânicos, motoristas, professores universitários, catedráticos ou iniciantes como auxiliares e assistentes de ensino superior e operários em geral.

Nos órgãos de segurança do Estado, conforme Beserra (2010), também houve repressão aplicada aos militares. O AI-3, de 5 de fevereiro de 1966, que tinha por objetivo exclusivo a transferência para a reserva de oficiais das Forças Armadas, afetou 122 militares. Entre 1964 e 1970, contabilizou o autor um total de 1.487 militares punidos. E, assim, “alteraram a representatividade das facções no interior da corporação militar, eliminando o potencial de resistência nacionalista na caserna às proposições do governo” (BESERRA, 2010, p. 91).

⁵ O Decreto-Lei nº 53.897, em 27 de abril de 1964, criou a Comissão Geral de Investigações, que coordenou os diversos IPMs.

Na área da Justiça, o expurgo chegou aos tribunais superiores e regionais, comarcas e varas cíveis, atingindo ministros de tribunais, juízes, desembargadores, promotores e serventuários. Entre 1964 e 1965 foram demitidas 34 pessoas da Justiça (KLEIN e FIGUEIREDO, 1978, pp. 162-163).

Nas empresas estatais federais e privadas também foram instaurados IPMs, como na Companhia Siderúrgica Nacional, no Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos, na Volkswagen, etc. Na Petrobras, vista como empresa estratégica pelos militares, foi implantado um sistema de monitoramento e repressão responsável por várias demissões e prisões. Foram instaurados cerca de 1.500 processos de investigação de funcionários, sendo demitidos 516 trabalhadores (Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 66).

Com os expurgos, militares e civis que haviam contribuído para os trabalhos do IPES no sentido de derrubar Goulart, ocuparam as posições-chave no governo, tanto em órgãos da administração direta (Presidência da República, a Casa Civil, os ministérios e demais órgãos públicos), como em da administração indireta (autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações), objeto da pesquisa. Importante ressaltar que alguns ipesianos já trabalhavam em estatais, de onde conspiravam contra o governo Goulart. Alguns, após 1964, se mantiveram nos cargos, outros foram promovidos e uns foram transferidos para outros órgãos estatais de maior prestígio.

Ciente de que seus associados e parceiros ocupariam cargos no governo, o IPES começou a reorganizar sua diretoria. Em julho de 1964, em reunião de diretoria, membros do IPES discutiram sobre as "perdas" de pessoal para postos do governo e suas substituições. Joviano R. Moraes Jardim, nomeado presidente da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio de Janeiro (CEFERJ), chamou atenção sobre "o plano de colocar elementos nossos, permanentes em certas empresas"⁶, o que indica o grau de consciência e de racionalidade política presente na "tomada do Estado".

No ministério, conforme quadro 1, os ipesianos assumiram quase todas as pastas.

⁶ Ata do IPES Comitê Diretor de 07.07.64. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Arquivo Nacional.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

Quadro 1– Relação dos ministérios e dos ministros ligados ao IPES (1964-1967)

MINISTÉRIO	MINISTRO	DATA	IPES
Extraordinário de Coordenação dos Organismos Regionais	Oswaldo Cordeiro de Farias (militar)	1964-1966	
	João Gonçalves de Souza	1966-1967	
Extraordinário do Planejamento e Coord. Econômica	Roberto de Oliveira Campos	1964-1967	x
Aeronáutica	Nélson F. Lavanére-Wanderley (militar)	1964	x
	Márcio de Souza e Mello (militar)	1964-1965	
	Eduardo Gomes (militar)	1965-1967	
Agricultura	Oscar Thompson Flores	1964	x
	Hugo de Almeida Leme	1964-1965	x
	Ney Aminthas de Barros Braga	1965-1966	x
	Severo Fagundes Gomes	1966-1967	x
Educação e Cultura	Flávio Suplicy de Lacerda	1964-1966	x
	Pedro Aleixo	1966	
	Raymundo A. de Castro Moniz de Aragão	1966-1967	x
Fazenda	Octávio Gouvêa de Bulhões	1964-1967	x
Guerra	Arthur da Costa e Silva (militar)	1964-1966	x
	Ademar de Queiroz (militar)	1966-1967	x
Indústria e Comércio	Daniel Agostinho Faraco	1964-1966	x
	Paulo Egydio Martins	1966-1967	x
Justiça e Negócios Interiores	Milton Soares Campos	1964-1965	x
	Luiz Viana Filho	1965	x
	Juracy Montenegro Magalhães (militar)	1965-1966	x
	Men de Sá	1966	x
	Luiz Viana Filho	1966	
Carlos Medeiros Silva	1966-1967		
Marinha	Ernesto de Mello Baptista (militar)	1965-1965	
	Paulo Bosísio (militar)	1965	
	Zilmar Campos de A. Macedo (militar)	1965-1967	
Saúde	Raimundo de Moura Brito	1964-1967	x
Viação e Obras Públicas	Juarez do N. Fernandes Távora (militar)	1964-1967	x
Minas e Energia	Mauro Thibau	1964-1967	x
Relações Exteriores	Vasco Tristão Leitão da Cunha	1964-1966	x
	Juracy Montenegro Magalhães (militar)	1966-1967	x
Trabalho e Previdência Social	Arnaldo Lopes Sussekind	1964-1965	x
	Walter Peracchi Barcellos	1965-1966	x
	Paulo Egydio Martins	1966	x
	Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva	1966-1967	x
Tribunal de Contas da União	Iberê Gilson	1966-1971	x

Fonte: Biblioteca de Presidência. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/equipe-de-governo/ministerios>>. Acessado em: 03.08.15. Elaboração própria.

Além dos ministérios, outros cargos importantes foram ocupados por ipesianos. O Serviço Nacional de Informação (SNI) foi fundado e chefiado pelo general Golbery do Couto e Silva, membro do Conselho Orientador do IPES. A chefia da Inspeção Geral de Bancos foi assumida por Hélio Marques Viana. A Divisão de Assuntos Internacionais foi chefiada por Fábio Antonio da Silva Reis, membro da Análise e Perspectiva Econômica (APEC), fonte de publicações que empenhou esforços junto com o IPES para vencer a batalha ideológica.

Parceiros e associados do IPES na direção das empresas estatais federais (1964-1967)

A estratégia modernizadora do regime militar, baseada na expansão do Estado como produtor de infraestrutura, seja de insumos básicos ou financeiros, acarretou acentuado crescimento das empresas estatais federais e consolidou sua posição em várias indústrias básicas. Rückert (1980) salienta que as empresas governamentais tinham como função subsidiar o capital privado, sobretudo o internacional, por meio da transferência de seu excedente, assumindo, assim, um caráter de complementaridade à medida que funcionava como elemento de apoio a outros setores.

Deste modo, aplicando a “racionalidade empresarial”, muitas empresas estatais se expandiram para diferentes setores estratégicos e de alta rentabilidade, tais como: insumos básicos (mineração, siderurgia, química e petroquímica, fertilizantes e adubos e petróleo); serviços industriais de utilidade pública (energia elétrica, gás, água e esgotos) e outros serviços públicos, tais como armazenagem, transporte e comunicação.

Após 1964, com o referido crescimento das estatais, houve contínua incorporação de técnicos, engenheiros, estatísticos, economistas e empresários na administração de uma parte predominante dos meios de produção, bem como nos órgãos de formulação, de execução e de controle da política econômica governamental, constituindo, assim, uma categoria especial no âmbito do sistema político-administrativo reorganizando o Estado. Um número muito expressivo destes profissionais, que compunham a tecnoestrutura estatal, era associado e parceiro do IPES.

Codato (1997) explica que a presença de empresários e tecnoempresários levou à articulações de interesses dos grupos empresariais, no seio do aparelho do Estado.

Arelados à expansão das atividades estatais, tais articulações fizeram do Estado uma “arena privilegiada de conciliação e mediação dos múltiplos interesses das frações integrantes do bloco no poder” (CODATO, 1997, p. 56).

O domínio, o poder e a liberdade de ação dos ipesianos na estrutura do Estado foram de tamanha grandeza que perpassaram por distintas empresas, setores e cargos, e, em alguns casos, acumularam diferentes funções. Nicos Poulantzas elucida que,

O Estado burguês permite funcionar por deslocamentos e substituições sucessivas, dando condições para o deslocamento do poder da burguesia de um aparelho para outro: o Estado não é um bloco monolítico, mas um campo estratégico (POULANTZAS, 1985, p. 160).

No Estado, os parceiros e membros do IPES usaram as instituições estatais como instrumento para a preservação da ordem e o meio legal para garantir o seu lugar. Elaboraram políticas públicas que os beneficiaram, seja por meio de algumas que lhes eram diretamente endereçadas, seja por intermédio das direcionadas às classes trabalhadoras, as quais perderam direitos e proporcionaram aumentos dos ganhos dos donos de produção. O Estado tornou-se, dessa forma, a sede privilegiada dos interesses hegemônicos, e estes, ao controlá-lo, usaram-no para consolidar sua posição e pôr em prática suas necessidades econômicas e políticas. Os interesses estrangeiros se confundiram com o Estado, principal tomador de empréstimos, que os repassava para o setor privado através de estatais como o BNDE. O Estado, portanto, constituiu no “agenciador da lucratividade das empresas oligopolistas” (MENDONÇA e FONTES, 2004).

Alguns ipesianos nomearam e indicaram para diversos postos pessoas provenientes de sua rede de relacionamento, que estavam imbuídas do mesmo objetivo. Um caso emblemático de indicação foi o da estudante de Filosofia da Faculdade Nacional de Filosofia, Sonia Maria Seganfreddo, que ocupou cargos no Ministério da Educação e na SUNAB, a convite dos ipesianos Flávio Suplicy de Lacerda, Ministro da Educação, e Fernando Murgel, diretor da SUNAB. Sonia foi convidada pelo ipesiano Capitão Heitor Ferreira, secretário do general Golbery Couto e Silva, para participar do IPES. Sua publicação de doutrinação, *UNE, instrumento de subversão*, foi financiada e distribuída pelo Instituto. Em 1966, Sonia acusou o IPES de não lhe ter pagado o devido valor por sua publicação e, temendo perder seu emprego, ameaçou: “tereí que denunciar

muita gente altamente *empistolada, que acumula, esta sim, ilegalmente, dois e até três cargos públicos*. Começaria pelo Banco Nacional da Habitação e pela própria SUNAB”⁷ (grifo meu).

Outros ipesianos tiraram proveito das suas posições para beneficiar sua classe. Nestor Jost tem uma história profissional que se confunde entre o público e o privado. Quando diretor do Banco do Brasil (1961-1967), Jost ampliou o acesso e facilidades de concessão de crédito agrícola e industrial e promoveu a simplificação das formalidades para a obtenção de financiamentos. Em 1965, foi investigado pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN) por irregularidades na concessão de empréstimos de favor “contra pareceres técnicos e critérios de instruções vigentes”. No ofício do CSN constam 119 empresas beneficiadas, dentre elas, algumas eram contribuintes do IPES.⁸

Nas suas posições, os ipesianos proporcionaram apoio político e asseguraram diretrizes econômicas e políticas favoráveis ao grande capital. Criaram políticas públicas; implementaram reformas, a maioria concebida pelo IPES no período de 1961-1964;⁹ intervieram na economia; estimularam a iniciativa privada; incitaram o capitalismo atrelado ao capital internacional; criaram mecanismos para reprimir quaisquer ameaças de oposições operárias ou populares. Transformaram, enfim, o Estado em termos econômicos, políticos e sociais em um instrumento exclusivo do poder burguês. Nas empresas estatais, assumiram os cargos de direção, onde criaram mecanismos para aumentar a capacidade de produção e de recursos para atender ao novo padrão de acumulação.

Na pesquisa de doutorado, mapeei ipesianos nos cargos de presidente, vice-presidente, diretor e conselheiro de empresas estatais de quatorze setores: financeiro, siderúrgico, elétrico, mineração, petrolífero, tecnologia, telecomunicações, transportes, infraestrutura, agricultura, administrativo, educação/cultura, social/saúde e turismo. Na relação nota-se que existem setores mais e menos dinâmicos da economia, o que mostra

⁷ Cartas de Sonia Segnanfredo direcionadas ao IPES, de 20.11.66 e 21.11.66. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

⁸ Presidência da República – Conselho de Segurança Nacional. Ofício nº 001/GAB/3001/64 de 02/01/65. Do Cel. Chefe do gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional para Gen. Secretário-Geral do CSN – Chefe do Gabinete Militar. Arquivo Nacional.

⁹ Minha dissertação de mestrado intitulada *A participação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) na construção da reforma administrativa na ditadura civil-militar (1964-1968)* mostra a criação da Reforma Administrativa a partir de anteprojeto concebido pelo IPES antes do golpe de 1964.

uma dinamização ainda maior dos membros e parceiros do Instituto no Estado. O quadro 2 exibe um resumo do levantamento, que revela a ampla influência de ipesiana nas estatais.

Quadro 2 - Membros e parceiros do IPES nas empresas estatais federais (1964-1967)

SETORES DA ECONOMIA	NÚMERO EMPRESAS	PRESIDENTE	DIRETOR	CONSELHEIRO
Mineração	2	2 - 100%	1	-
Petrolífero	3	3 - 100%	-	5
Social/saúde	7	7 - 100%	-	11
Turismo	1	1 - 100%	1	-
Infraestrutura	3	3 - 100%	-	1
Transportes	11	10 - 91%	6	7
Agricultura	13	11 - 85%	12	23
Administrativo	6	5 - 83%	9	13
Tecnologia	4	3 - 75%	2	6
Financeiro	14	9 - 64%	43	26
Siderúrgico	5	3 - 60%	7	8
Educação/cultura	11	6 - 55%	4	12
Telecomunicações	4	2 - 50%	2	3
Elétrico	13	5 - 38%	11	23
TOTAL	97	70 -	98	138

Fonte: BORTONE, 2018. Elaboração própria.

Observa-se que nas empresas estatais federais havia uma presença bastante significativa de ipesianos. Dos quatorze setores da economia mapeados, doze agrupam empresas estatais que somam mais de 51% de presença de ipesianos na presidência. Das 97 empresas mapeadas, 70, ou seja 72%, têm presidentes que foram membros ou parceiros do IPES. Ambas as situações mostram que é majoritária a influência do IPES. Mas, não se esgota aí. As estatais apresentavam ainda diretores e conselheiros que passaram pela órbita do Instituto.

Vale destacar o setor financeiro, que cria e controla medidas que dizem respeito à circulação de moeda e crédito, pela substancial presença de ipesianos nas diretorias das empresas. A diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) era formada por seis diretores e um presidente. Deste grupo, cinco eram ipesianos: o presidente Garrido Torres (1964-1967) e os diretores Genival de Almeida Santos (1964-1965); Alberto do Amaral Osório (1965-1967), que substituiu Genival; Antonio Carlos

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

Pimentel Lobo (1964-1969); Jayme Magrassi de Sá (1964-1967) e Hélio Schlitter Silva (1964-1967).

A diretoria do Banco Central, no período tratado, era formada por três diretores e um presidente, escolhidos por membros do Conselho Monetário Nacional (CMN), órgão superior do Sistema Financeiro Nacional. Presidente: Dênio Chagas Nogueira (1965-1967). Diretores: Casimiro Antônio Ribeiro (1965-1967), Aldo Baptista Franco da Silva (1965-1967), Luiz Biolchini (1965-1966) e Antonio Abreu Coutinho (1966-1967), que substituiu o último. Todos ipesianos.

A primeira formação do CMN, por sua vez, era comandada igualmente por 100% de ipesianos, a maioria banqueiro, conforme quadro 3. A presença destes ipesianos mostra que foi um espaço para a representação privada e os seus laços de afinidade explicam a indicação dos membros do IPES para o BC, que, conforme já visto, teve 100% da sua diretoria ocupada por ipesianos.

Quadro 3 – Membros do CMN com ligações com o sistema financeiro (1964-1967)

MEMBRO	CARGO	BANCO
Octávio Gouvêa de Bulhões (1964-1967)	Ministro da Fazenda (presidente do CMN)	Grupo Moreira Salles, União de Bancos Brasileiros (UBB)
Daniel Agostinho Faraco (1964-1966)	Ministro da Indústria e Comércio	-
Paulo Egydio Martins (1966-1967)	Ministro da Indústria e Comércio	Banco do Comércio e Indústria de SP (COMIND)
Roberto Campos (1964-1967)	Min. do Planejamento e Coord. Econômica	Fibenco
Luiz de Moraes e Barros (1964-1967)	Presidente do BB	Banco Finasa de Investimento, Banco Itaú-América, Banco Sul-Americano do Brasil
José Garrido Torres (1964-1967)	Presidente do BNDE	Banco Lowndes
Dênio Chagas Nogueira (1965-1967)	Presidente do BC	Banco Geral do Brasil, Banco Moreira Gomes, Grupo Rotschild
Casimiro Antônio Ribeiro (1965-1967)	Diretor do BC	Banco Finasa de Investimento, Grupo Mercantil de São Paulo
Luiz Biolchini (1965-1966)	Diretor do BC	Banco Boavista
Antonio Abreu Coutinho (1966-1967)	Diretor do BC	-
Aldo Batista Franco da Silva (1965-1967)	Diretor do BC	-
Gastão Eduardo de Bueno	Representante do setor	Banco Mercantil de São Paulo

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

Vidigal (1965-1973)	privado	
Ruy de Castro Magalhães (1965-1972)	Representante do setor privado	Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais

Fonte: Informações levantadas no Banco Central. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/Pre/CMN/composicao_CMN.pdf>. Acessado em 05.09.16. Elaboração própria.

O Conselho Nacional de Economia (CNE), órgão que realizou estudos econômicos, sob o comando da Presidência da República, formado por um presidente e nove conselheiros também teve 100% das cadeiras ocupadas por ipesianos. Presidente: Harold Cecil Polland (1966) e conselheiros: José Garrido Torres (1964), José Augusto Bezerra de Medeiros (1964-1966), Humberto Bastos (1964), Paulo de Assis Ribeiro (1964-1967), Harold Cecil Polland (1964), José Bonifácio Coutinho Nogueira (1965-1967), Antônio Delfim Neto (1965-1966), Glycon de Paiva (1964-1967), Ruy Aguiar da Silva Leme (1965-1966).

Dos 205 ipesianos diretores de empresas estatais mapeados, 69 trabalharam em duas ou mais empresas do mesmo setor ou de outro, na mesma funções ou em outra. Houve casos de trabalharem simultaneamente em duas ou mais empresas ou de atuarem no setor público enquanto exerciam funções no privado. Para ilustrar tais situações, elegi alguns casos, conforme quadro 4.

Quadro 4 - Ipesianos nas empresas estatais federais (1964-1967)

NOMES	EMPRESA ESTATAL FEDERAL	CARGO	ANO
Américo Jacobina Lacombe	Fundação Casa de Rui Barbosa	Presidente	1939-1993
	Inst. do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Conselheiro	1947-1993
Dênio Chagas Nogueira	Superintendência da Moeda e do Crédito Banco Central	Diretor	1964-1965
		Presidente	1965-1967
Edmundo Falcão da Silva	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Fundo de Financ. Aquisição de Máq. e Equip. Indl.	Conselheiro	1964-1967
		Diretor	1966-1967
Iberê Gilson (Min. TCU 1966-1971; Subchefe Gabinete Civil 1964)	Companhia Siderúrgica Paulista	Presidente	1965-1966
	Companhia Siderúrgica Nacional	Conselheiro	1965-1966
	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Diretor	1965
	Rede Ferroviária Federal S/A	Dir/vice-pres	1961-1964
Guilherme Júlio Borghoff	Superintendência Nac. de Abastecimento	Presidente	1964-1967
	Comissão Nac. Estímulo à Estabilização de Preços	Presidente	1964-1967
	Comissão de Financiamento de Preços	Presidente	1964-1966
	Companhia Bras. de Armazenamento	Diretor	1965-1966
José Garrido Torres	Conselho Nacional de Economia	Conselheiro	1954-1964
	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico	Presidente	1964-1967
	Fundo de Financ. Aquisição de Máq. e Equip. Indl.	Presidente	1964-1967
Genival de Almeida Santos	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Diretor	1948-1978

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico	Presidente	1963-1964
	Fundo de Financ. Aquisição de Máq. e Equip. Incl.	Diretor	1964-1965
	Banco do Brasil	Diretor	1966
		Diretor	1967
Luiz Dumont Villares	Companhia Siderúrgica Paulista	Presidente	1963-1965
Mário Barros Cavalcante	Superintendência do Desenv. da Amazônia		1966
	Sup. Plano de Valorização Econ. da Amazônia	Presidente	1964-1966
Mario Trindade	Companhia Siderúrgica Paulista	Diretor	1963-1965
	Banco Nacional de Habitação	Diretor	1964-1966
		Presidente	1966-1971
Oscar de Oliveira	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Diretor	1955-1965
	Companhia Vale do Rio Doce	Presidente	1965-1967
	Vale do Rio Doce Navegações	Diretor	1965-1967
Paulo Acciolly de Sá	Instituto Nac. de Pesos e Medidas	Presidente	1962-1968
	Banco Nacional de Habitação	Conselheiro	1964-1966
	Cons. Nac. de Desenv. Científico e Tecnológico	Diretor	1964-1967
	Fundação Nacional de Bem Estar ao Menor	Conselheiro	1965
Paulo de Assis Ribeiro	Conselho Nacional de Economia	Conselheiro	1964-1967
	Inst. Bras. de Reforma Agrária	Presidente	1965-1969
Raymundo Augusto de Castro Moniz Aragão	Cons. Nac. de Desenv. Científico e Tecnológico	Conselheiro	1964-1967
(Min. Educação e Cultura	Camp. de Aperf. Pessoal Espec. de Nível Superior	Conselheiro	1964-1966
1966-1967)	Fundação Nacional de Bem Estar ao Menor	Diretor	1965
	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Reitor	1966-1969

Fonte: BORTONE, 2018. Elaboração própria

Todos do quadro estiveram em duas ou mais estatais. Sobre trabalhar, simultaneamente, nos setores públicos e privado, vale evidenciar Guilherme Júlio Borghoff e Genival de Almeida Santos. O primeiro comandou, ao mesmo tempo, as quatro empresas de armazenamento de produtos agrícolas, além de ter permanecido à frente da sua empresa, a Borghoff S/A Com. e Tec. de Máq. Motores e Equipamentos¹⁰. Da mesma forma, Luiz Dumont Villares foi presidente da COSIPA e continuou trabalhando na sua empresa, Indústrias Villares, e como conselheiro da Volkswagen (1964). O segundo quando saiu do setor público, em 1965, foi para o privado, quando assumiu a vice-presidente do Banco Aliança do Rio de Janeiro, até 1967. Neste ano, retornou para o público, tornou-se diretor do Banco do Brasil. Posteriormente, se manteve no setor financeiro, foi dirigir o Banco Nacional.

Raymundo Augusto de Castro Moniz Aragão é um caso clássico de ipesiano que ocupou várias funções em diferentes estatais simultaneamente, além de ter ocupado uma pasta no ministério. A família carioca Moniz de Aragão é um caso típico de parentesco

¹⁰ Na ata de balanço geral de 1964 consta o empresário como diretor presidente em atividade (*Correio da Manhã*, 21.05.65, 1º Caderno, p. 15).

e nepotismo. A presença da família nos aparelhos do Estado é uma forma de reproduzir-se, manter-se e prolongar-se no poder. Segundo Bourdier (2011, p. 131), família, “sujeito principal das estratégias de reprodução”, se une pela solidariedade e convergência de interesses tanto “pelo capital, quanto para o capital”. A irmã de Raymundo, Maria Luiz Moniz Aragão foi presidente (1964-1965) da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e conselheira (1965) da FUNABEM, onde seu irmão João Maurício Moniz Aragão era seu suplente. O general Augusto Cesar de Castro Moniz Aragão, também irmão, comandou a 6ª Divisão de Infantaria, em 1966.

Oscar de Oliveira, foi um outro caso de beneficiar amigos quando ocupou cargo público e perpassou por diferentes cargos e funções entre empresas públicas e privadas, estabelecendo diversos jogos de interesses. Foi denunciado, conforme o jornal *Correio da Manhã*, de fazer um acordo ilícito, em 1966, entre a Vale do Rio Doce e o Grupo Azevedo Antunes¹¹. Foi superintendente da Vale (1954-1959). Em 1959, foi para a Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração (CAEMI), propriedade do líder do IPES, Augusto Trajano de Azevedo Antunes. Em 1961, voltou para a Vale, até 1964. Em 1965, tornou-se presidente da Vale substituindo Paulo José de Lima Vieira, que era contrário a política implementada pelo governo Castello Branco de abertura irrestrita ao capital estrangeiro na mineração (REGINATTO, 2019). Foi acusado, pelos seus alunos da UFRJ, de não dar aula e ser titular de uma cadeira extinta há cinco anos, o que contrariava a Lei de Diretrizes e Bases (LDB)¹².

O economista Iberê Gilson, funcionário público, que após o golpe ocupou vários cargos de relevância no governo Castello Branco, além de ter participado de vários eventos internacionais representando o Brasil.

Luiz Dumont Villares, Américo Jacobino Lacombe, Iberê Gilson e Paulo Acciolly de Sá são ipesianos que trabalham em órgãos públicos antes de 1964, portanto, conspiravam dentro do Estado para a queda de Goulart.

Referências:

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil 1964-1984*. Bauru (SP): Edusc, 2005.

¹¹ *Correio da Manhã*, 19.05.66, 1º Caderno, p. 12.

¹² *Correio da Manhã*, 29.11.1964, 1º Caderno, p. 8.

BESERRA, Claudio. *A política repressiva aplicada a militares após o golpe de 1964*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BORTONE, Elaine de Almeida. *O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a Ditadura Empresarial-Militar: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

BOURIDEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. 11ed. Campinas: Papyrus, 2011

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014.

CODATO, Adriano Nervo. *Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64*. São Paulo: Hucitec, 1997.

DINIZ, Eli. Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista: 1964-1985. In: SOARES, Glaucio Ary Dillon e D'ARAÚJO, Maria Celina. *21 anos de regime militar*. Balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

FONTES, Virginia. *Reflexões im-pertinentes*. História e capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

_____. A democracia retórica: expropriação, convencimento e coerção. In: MATTA, GC., and LIMA, JCF. orgs. *Estado, sociedade e formação profissional em saúde: contradições e desafios em 20 anos de SUS* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008, pp. 189-226.

_____. Sociedade Civil. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César Ferreira (org). *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v. 3, pp. 20-21.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

KLEIN, Lúcia e FIGUEIREDO, Marcus. *Legitimidade e coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

MENDONÇA, Sonia Regina e FONTES, Virgínia. *História do Brasil recente 1964-1992*. São Paulo: Ática, 2004.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

MENDONÇA, Sonia Regina de. *O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica*. Marx e o Marxismo v.2, n.2, jan/jul 2014.

REGINATTO, Ana Carolina. *A ditadura empresarial-militar e as mineradoras (1964-1988)*. Tese (doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

RUCKERT, Isabel Noemia. Alguns aspectos das empresas estatais no Brasil. In: Fundação de Economia e estatística. *25 anos de economia gaúcha: análise do setor público no RS*. Porto Alegre, 1980, v. 6, t. 1.